

5 Sabedoria ou insensatez?

Este é um conto sobre duas cidades latino-americanas que se deparavam com uma questão social de difícil equacionamento, a julgar pela histórica incapacidade das suas instituições governamentais para encontrar soluções justas e adequadas.

Este é um enredo sobre duas novas protagonistas sociais “primas-irmãs”, que foram concebidas em contextos políticos, econômicos e sociais comparáveis, por progenitores irmanados pela pobreza, pelo descaso das autoridades, pela situação de segregação espacial e social e pelo desabrigo.

Esta é uma das histórias de um tempo em que as sociedades ocidentais andavam fartas de esperar que o estado cumprisse com o seu papel de proteção social e resolveram tomar também em suas próprias mãos a solução das suas questões mais importantes.

Seria esta uma história de acertos ou apenas mais um tempo de irrefletidas utopias?

Seriam estas “novas atrizes”, filhas da sabedoria de povos que se negam a sucumbir à adversidade dos fatos e ao desalento ou seriam elas rebentos de bem-intencionados, porém inocentes e limitados, gestos de insensatez coletiva?

Estas são as questões que nos ocupam neste capítulo.

Participaram da primeira parte da pesquisa empírica cinco profissionais da FBR, integrantes da equipe do projeto **Direito à habitação** e quatro profissionais da SeHAS, participantes do projeto **Vi-Pro**, encontrando-se entre eles, Assistentes Sociais, Advogados, Arquitetos e Engenheiros. Os entrevistados responderam a questões relativas à sua atividade na organização, aos conceitos que orientam a sua ação profissional e ao papel da ONG da qual fazem parte.

O objetivo destas entrevistas era compreender o entendimento que estes profissionais -integrantes importantes da estruturação das ONGs- têm dos conceitos que foram assumidos como categorias teóricas centrais neste trabalho -no discurso e na prática-, sobre as quais construímos o nosso raciocínio, orientando a nossa análise da ação das ONGs na área habitacional -*habitat*, cidadania e espaço público não-estatal.

5.1 Terra, moradia e serviço: *habitat*?

Não encontramos nos trabalhos realizados na área de habitação uma definição clara de *habitat*. Como conceito a palavra *habitat* adquiriu força política quando começou a ser difundida pela agência *Habitat*, das Nações Unidas e passou a ser utilizada nos discursos governamentais e não-governamentais, particularmente, nos casos em que as agências internacionais financiavam projetos locais, tanto na Argentina quanto no Brasil.

No imaginário daqueles que o utilizam como instrumento de trabalho, o conceito *habitat* é identificado com certas condições materiais que permitam uma melhor qualidade de vida às populações, o que vai muito mais além do que o mero acesso à moradia. Neste sentido, falar em *habitat* significaria falar também de infraestrutura urbana básica, de serviços coletivos, de instituições educacionais e de saúde, além de espaços de lazer e recreação. Para os profissionais da FBR o conceito *habitat* está relacionado à:

- Serviços e equipamentos urbanos;
- Moradia de interesse social, destinada a população de baixa renda;
- Ambiente confortável, com infraestrutura básica e localizado próximo a serviços coletivos, tais como: escolas, unidades de saúde e áreas de lazer, entre outros.

Esta concepção, no entanto, não é imediatamente traduzível para outras ONGs. No caso dos profissionais da SeHAS, as respostas dos profissionais sobre o assunto vinculam a idéia de *habitat* a outros elementos, tais como:

- Propriedade da moradia e da terra, complementada com os serviços básicos necessários;
- Ações para promover e fortalecer o desenvolvimento físico e humano dos setores sociais não atendidos, incluindo a transformação e a adequação do meio ambiente;
- Conjunto de bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas dos setores pobres, definidos conforme as características do grupo, e
- A participação destes setores na solução destas necessidades.

Em ambos os casos, no entanto, observamos que a idéia inicial de satisfação da necessidade de habitação foi sendo progressivamente ampliada, tornando-se

bastante mais abrangente: esta seria a noção atual de *habitat*. A totalidade dos profissionais entrevistados aponta os serviços coletivos e a infraestrutura urbana como parte fundamental e constituinte do *habitat*, ao lado do direito à propriedade da terra e à moradia propriamente dita. É geral o entendimento da abrangência do conceito. Trabalhar a necessidade de habitação é muito mais do que a construção da casa, é contemplar os elementos constitutivos do *habitat*.

Particularmente nas respostas, destaca-se a importância do desenvolvimento humano e participação dos setores afetados como um elemento a mais dos processos de construção do *habitat*. Assim, a solução do problema habitacional seria muito mais ampla do que a redução do déficit habitacional; medida extremamente importante, mas, hoje, insuficiente se considerarmos a extensão daquilo que se entende por problema habitacional.

Os entrevistados ressaltam que este é um sinal distintivo do trabalho das ONGs das quais fazem parte: conceber o problema habitacional como um problema do *habitat*, entendendo que as intervenções não podem se limitar à construção de moradias e enfatizando a idéia de que a ação sobre o *habitat* dos grupos repercute positiva e amplamente sobre outras dimensões e necessidades da vida cotidiana das famílias.

O pressuposto de que a moradia é a solução do problema habitacional levaria, então, à implementação de políticas e programas de construção massiva de casas, conjuntos, etc, como aconteceu ao longo da história da política habitacional, tanto na Argentina, quanto no Brasil, como foi analisado oportunamente. Mas, se nos localizarmos no plano do *habitat*, a perspectiva deveria ser outra, seguindo os elementos apontados pelos entrevistados.

Assim, devemos inferir que o impacto alcançado por projetos que têm uma visão integral do problema teria que ir além da mera construção de moradias. Veremos mais adiante como se expressaram esses princípios na realidade dos projetos escolhidos para a análise e em que medida a expectativa dos profissionais de trabalhar com a visão do *habitat* - e não somente da habitação - se traduz em resultados concretos para as comunidades analisadas.

A discussão sobre o *habitat* popular teve, na década de 1990, o marco das instâncias internacionais oferecidas pela Agência *Habitat* da ONU e, muito especialmente, pela segunda Conferência Mundial de Habitat, realizada em 1996. Este espaço de reflexão e encontro de diferentes atores “*fortaleceu esta discussão*

e vários movimentos sociais a nível mundial externaram a necessidade de uma política séria de habitação a nível mundial”, segundo expressa um técnico da FBR.

Os programas impulsionados a partir da conferência *Habitat II* manifestam um acentuado interesse por intervir no problema urbano - e na habitação como parte dele-, uma visão que, paulatinamente, se dissemina nas organizações e governos que participam destas instâncias mundiais e adotam os princípios por elas trabalhados. Vale lembrar que estas considerações também se convertem em exigências dos agentes financiadores com os quais as ONGs analisadas trabalham. Embora recente na reflexão e na ação dos técnicos, muitos desses critérios e idéias já vinham sendo trabalhados e enriquecidos pela própria sociedade - tais como a participação dos grupos e comunidades nos projetos, o *habitat* como um conjunto de condições favoráveis à vida e ao desenvolvimento das pessoas e à autogestão, entre outros.

Foi particularmente ao longo da década de 1990 que essas idéias se fortaleceram com o discurso e linhas de ação difundidas pelas organizações internacionais, segundo o que os entrevistados reconhecem como marco de um novo caminho na reivindicação dos direitos relacionados ao *habitat*.

De acordo com o que foi dito até aqui, poderíamos pensar que existem pelo menos duas formas de entender o problema habitacional: aquela predominante nas políticas dos governos e a seguida pelas ONGs nos seus projetos. Na segunda questão da entrevista são abordadas estas diferenças. Vejamos o que dizem as respostas. Os técnicos da FBR apontaram para as seguintes questões:

- O Estado entende a solução como uma “*simples produção de casas*” enquanto a ONG “*produz a moradia e trabalha o processo através de metodologias participativas e projetos de geração de renda*”;
- Os governos têm uma preocupação com o impacto político das ações que as ONGs não tem;
- O interesse na construção de moradias de baixa renda está mais presente na ONG como também o investimento em um trabalho de conscientização sobre Direitos e autogestão;

- A qualidade da construção é superior e o preço mais acessível no caso de projetos assessorados pelas ONGs;
- Existe no trabalho das ONGs uma conexão entre os projetos e demandas e o cotidiano das comunidades

Os técnicos da ONG SeHAS identificaram as seguintes diferenças:

- *“A diferença fundamental reside no valor que é dado às pessoas”*, diz um técnico que ressalta que a organização vê em uma *“comunidade organizada, um espaço humano com enormes potencialidades, enquanto o governo vê capacidade de reação e alguns votos para as próximas eleições”*;
- Coincidentemente, um outro profissional diz que a ONG tenta através da sua ação incidir nas políticas relacionadas ao *habitat*, porém estas *“não atacam o problema de forma integral e constante, mas são usadas para somar votos em épocas eleitorais”*;
- Uma outra observação relevante é que *“atualmente não existe diferença conceitual, mas ela é encontrada na aplicação das políticas porque estas se restringem à moradia básica, sem considerar outros aspectos mais integrais”*;
- Nas políticas que o Estado implementa *“falta participação real da população receptora desses programas ou projetos”*.

A terceira questão abordada nas entrevistas está relacionada à participação dos organismos internacionais e sua influência nas decisões e formas de trabalho adotadas pelas ONGs.

Os profissionais ressaltam a questão do financiamento como principal fator de relação com os organismos internacionais. Isso faz com que o trabalho feito pelas ONGs tenha de cumprir com determinados parâmetros estabelecidos, especialmente, nas Conferências *Habitat*, tais como critérios de participação comunitária, desenvolvimento humano, participação do poder público, contraparte dos beneficiários, entre outros. Também é assinalado pelos técnicos que os financiamentos internacionais *“favorecem as políticas focais voltadas para fortalecer o modelo econômico globalizado”*. Por outro lado, um profissional observa que *“é responsabilidade de cada ONG trabalhar com organismos cujos*

critérios sejam correspondentes àqueles reconhecidos nos objetivos institucionais, em relação à promoção social, organização, capacitação, etc.”

Em relação à margem de decisão da ONG, um técnico da SeHAS ressalta que, na sua opinião

“(…) é pouco o que a ONG pode fazer em projetos financiados por organismos internacionais. Em geral a opinião da ONG não é ouvida e não é aproveitada a experiência adquirida durante anos de trabalho com as comunidades”.

Com relação à percepção dos técnicos em relação a ação da ONG e sua relação com as responsabilidades do Estado, observou-se que a totalidade das respostas aponta para a importância da ação das ONGs no campo da capacitação e organização dos grupos, embora se entenda que não corresponde a elas o cumprimento daquilo que considera ser um dever do Estado.

“Acho que a ONG não pode pretender substituir o Estado nas suas obrigações. Não lhe corresponde... Mas deve indicar ao Estado qual é o seu dever e capacitar os moradores mais desprotegidos para reclamarem seus Direitos”.

Outro técnico diz:

Acho que as ONGs são um paliativo para aquilo que o Estado não assume. O problema é uma questão de escala: para alguns o nosso trabalho pode apresentar-se como um grão de areia no mar, mas para as famílias que conseguiram uma solução com o nosso apoio é transcendental. Acho que o importante não é perguntar-se se as ONGs são capazes de substituir o Estado que, não tenho dúvida, o seriam, mas a questão é com quais recursos o fariam?...

Coincidindo com este ponto de vista, outra profissional diz que,

“(…) no quantitativo a atuação das ONGs pode ser considerada paliativa. Mas não, se olharmos sua atuação no qualitativo, junto às organizações, movimentos sociais e redes que lutam pelos Direitos Sociais”.

Falando sobre a mesma questão, um técnico da FBR concorda dizendo:

“A ação da ONG não é um paliativo, na medida em que ela incentiva os movimentos sociais organizados, negocia com os governos a construção de políticas públicas voltadas para habitação e projeta as suas experiências para que elas sejam autônomas e articuladas à sociedade civil organizada”.

Ainda resgatando este papel inovador das ONGs na área do *habitat*, outro técnico opina que: *“talvez as ONGs tenham papel impulsionador, mostrando para o poder público novas formas de organização e de produção de moradias”*.

Avançando um pouco na análise do valor das ONGs, uma outra resposta aponta para a questão da impossibilidade de uma, ou mesmo de várias ONGs darem conta da obrigação do Estado, porém, diz o entrevistado:

“(...) não acho que seja paliativo, porque são experiências diferenciadas das atividades que o Estado costumeiramente se utiliza para construir casas... Acredito numa nova visão de Estado, em que a sociedade civil organizada tenha também suas responsabilidades, não como principal responsável pela implementação dos Direitos Sociais, mas como co-autor”.

Porém outras percepções também se apresentam, e dois dos profissionais entrevistados consideram a atuação da ONG um paliativo, porque:

“(...) se houvesse uma política habitacional comprometida com a população de baixa renda, as ONGs estariam desenvolvendo outras atividades... Desenvolvendo o potencial humano e político social da sociedade desprovida”.

5.2

Uma sociedade capaz de cobrar os seus direitos

Quando abordado o tema da cidadania e o papel das ONGs, é interessante notar que os entrevistados resgatam a função mediadora das ONGs,

“(...) elas atuam envolvendo a sociedade e aproveitando recursos e grupos envolvidos na construção de uma sociedade mais justa, para cobrar dos governos a sua participação”.

As ONGs, como a FBR e a SeHAS viriam a cumprir uma função necessária, no que diz respeito à luta pelos Direitos Sociais, que seria a de “divulgar, promover, exemplificar, mostrar para que a população tenha conhecimento dos seus Direitos”, segundo a observação feita por um dos técnicos. A esta percepção somam-se as de outros profissionais que vêem nas ONGs um espaço onde “articular e promover discussões sobre os Direitos Sociais, (...) estabelecendo parcerias e apoiando movimentos sociais organizados”. Na opinião dos profissionais da SeHAS, a ênfase está na necessidade de capacitação e organização dos moradores para a reivindicação de Direitos e para a negociação. Vejamos uma das respostas:

As ONGs, em geral, e SeHAS em particular, têm sido artífices de numerosas contribuições na busca por garantir os Direitos Sociais. São para o Estado alguma coisa como a “voz da consciência”. Mantêm o espírito negociador nas organizações de base, sendo interlocutores entre elas e os espaços estatais. Elas favorecem a formação de organizações de base, mesas de diálogo e negociação entre os diferentes atores...

Assim, *“a contribuição das ONGs centra-se na promoção da organização e auto-gestão dos setores envolvidos e a estratégia que contribui para a garantia dos Direitos Sociais e a capacitação...”*

O trabalho de capacitação das ONGs tem produzido, segundo assinala um dos profissionais da SeHAS:

“(...) inúmeras ações que mudaram o rumo de políticas públicas que desconheciam os Direitos das pessoas (...) É um trabalho lento, mas que cria nas pessoas consciência e meios para pressionar os governos, na busca de articular ações conjuntas (...)”

Na segunda parte da entrevista foram apresentadas cinco questões que buscam conhecer a apreciação que fazem os profissionais das ONGs em relação à ação e aos resultados das organizações a que pertencem.

5.3

Um espaço integrado por todos os atores

Primeiramente os entrevistados foram questionados sobre a inclusão - ou não - das suas organizações no universo do chamado “terceiro setor”.

No caso dos técnicos da FBR todos responderam que efetivamente a organização pertence ao “terceiro setor”. Vejamos algumas das opiniões: “É uma Fundação sem fins lucrativos (...)”; *“Aproveita recursos não-estatais e estatais para envolver a população nas várias lutas sociais (...)”*; *“Não é setor público, nem privado. Utiliza doações do setor privado e faz parte do que o setor público deveria fazer (...)”*; *“A Fundação tem um histórico junto aos movimentos populares de base, como também possui financiamento do exterior para o desenvolvimento dos seus programas de caráter estritamente social, sem fins lucrativos (...)”*

Se olharmos as respostas dos técnicos da SeHAS, veremos que as opiniões não são tão unânimes. Um profissional define a SeHAS como “mais um integrante da sociedade civil, que participa e usa seu potencial em prol das mudanças que a sociedade como um todo reclama”. Outro técnico prefere não incluir a SeHAS em um ou outro setor:

“A SeHAS não é um braço do governo, mas pode trabalhar com ele. Também não é uma empresa mas, em alguns casos, se “integra” a elas para fabricar moradias (...) Do ponto de vista econômico, trata-se de uma atividade quase empresarial, ainda que com matizes e diferenças importantes como, por exemplo, que ela não tem fins lucrativos”.

Ainda sobre este tema, outro entrevistado diz:

Incluiria a SeHAS no denominado “terceiro setor”, porque não esta emoldurada como organismo do Estado, nem é uma instituição privada com fins lucrativos, mas considero que dentro do mesmo “terceiro setor” coexistem organizações com objetivos diferentes. Nós, do nosso lugar, tentamos desenvolver experiências que

aportem na construção de um modelo de Estado-Sociedade que contemple a situação dos grupos em condições de vida desfavoráveis.

Relacionada com o sentido da primeira, a seguinte pergunta aborda a questão de qual seria a forma e o espaço mais apropriados para a resolução do problema habitacional. Os técnicos da FBR coincidem ao assinalar como forma mais efetiva na busca de soluções ao problema habitacional a “*participação dos vários atores envolvidos e, especialmente, da população envolvida (...)*”; “*o mutirão é uma ótima alternativa, porque não envolve o lucro de intermediários (...)*”; “*a utilização de vazios urbanos, em áreas com infra-estrutura para que tenham a função social de moradia, diminuindo os custos de urbanização e grandes deslocamentos casa-trabalho (...)*”

No que diz respeito ao espaço para a busca de soluções, destaca-se aquele que é criado pelo diálogo e parceria dos diferentes níveis de governo e outros atores, como é o caso das ONGs e as organizações de base, entre outras. A estratégia de pactos e convênios de trabalho conjunto ganha credibilidade e o envolvimento da população no planejamento urbano, segundo assinalam alguns profissionais.

Os técnicos da SeHAS resgatam também a

“(...) importância dos espaços de negociação, nos quais participam os três níveis de governo, grupos organizados e ONGs, com a finalidade de unificar critérios na busca de soluções comuns com o maior grau de eficiência possível. Eu digo eficiência, porque quase fica parecendo que as coisas se programam para que resultem erradas, para que sejam as mais custosas (...)

Sobre este espaço de negociação, outro técnico da SeHAS ressalta que “... *o mais adequado é, sem dúvida, um espaço neutro, do ponto de vista político (...)* integrado por todos os atores envolvidos”.

Observa-se a forte presença da idéia de negociação e acordo entre os diversos grupos interessados na resolução da questão habitacional. Um fator determinante no contexto da província de Córdoba foi a formação do espaço denominado *Mesa de Concertación*, no qual foram depositadas muitas expectativas de uma melhor distribuição dos recursos destinados a habitação pelos governos e de um planejamento participativo, daquilo que seria implementado nas diferentes comunidades e bairros da cidade, estabelecendo conjuntamente as prioridades de ação. Pioneira no país, esta experiência abria possibilidades nunca vistas antes de diálogo entre o poder político (provincial e municipal), grupos com conhecimento e experiência técnica (as ONGs) e as pessoas afetadas pelo

problema (organizações de base, cooperativas, etc). Mas a continuidade deste espaço dependia diretamente da vontade desses atores de interagir e decidir conjuntamente. Infelizmente, os níveis de governo mencionados como participantes desistiram desta modalidade e preferiram não ter que negociar seus projetos e linhas de ação.

Um aspecto muito discutido, quando se fala de organizações não-governamentais ou ações empreendidas pela sociedade civil, é o baixo impacto e a limitação dos resultados atingidos, na medida em que eles são extremamente localizados no tempo e no espaço. Para enfrentar esta questão, foi perguntado aos profissionais se, na sua visão, o trabalho da ONG consegue resultados significativos, se considerarmos a situação habitacional da cidade (Rio de Janeiro e Córdoba respectivamente).

Todos os entrevistados consideram que o impacto alcançado com o trabalho da organização é importante, porém tem as suas limitações. Nas respostas fornecidas pelos técnicos da FBR destacam-se como aspectos muito positivos no trabalho com as comunidades: a formação das cooperativas, a autogestão comunitária e a qualidade do trabalho. Entre as limitações, os entrevistados mencionaram a *“pouca expressão quantitativa dos resultados”* e a dificuldade de manter a *“continuidade do trabalho após a assessoria”*. Um dos técnicos reconhece que o trabalho não é quantitativamente significativo *“tendo em vista o pequeno número de unidades habitacionais construídas. No entanto qualitativamente sim, considerando o modo de construir e o valor das mensalidades”*.

A esse respeito, um dos técnicos da SeHAS diz que *“a solução concreta de um problema de tipo habitacional que a ONG é capaz de gerar é limitado e tem alcance local”*. Porém, refletindo sobre o impacto que resulta do trabalho de tipo organizativo, um profissional diz:

“Considero que os resultados são significativos em relação ao trabalho reivindicativo com organizações, à possibilidade de desenhar e executar ações. Acho que em relação à magnitude da necessidade habitacional, podemos responder a um baixo percentual da demanda”.

Insistentemente perguntamos aos profissionais se eles conseguiram, na sua trajetória de trabalho, visualizar nos grupos esses resultados ou impactos positivos que mencionaram, obtendo respostas que afirmam:

“A qualidade de vida da população que atendemos mudou muito, a população busca melhorar seu nível de escolaridade, melhorou sua profissionalização, algumas delas participa de movimentos populares (...) e já discutem a melhoria dos serviços do bairro onde moram”.

Este é um aspecto que vários profissionais observaram, a participação ativa de alguns cooperados em movimentos por moradia, de mulheres, e muitos outros, pois os atores “*passam a ver o mundo de forma mais coletiva e não individualizada*”. A visão dos profissionais argentinos coincide neste sentido:

“Da reflexão sobre a minha prática comunitária, considero que além da construção das moradias, os grupos conseguiram altos níveis de autogestão, organização, realizam tarefas comunitárias de serviços, se articulam com outros atores, integram movimentos sociais, etc (...)”

“É a possibilidade de ter um pedaço de terra próprio, a segurança de quatro paredes e um teto aonde se resguardar. A passagem da ilegalidade para a legalidade, a escola para as crianças, o posto de saúde, o fato de pensar em coisas que nunca antes você imaginou ou que pareciam impossíveis. Poder planejar o melhoramento da sua moradia, ampliá-la, comprar um móvel, etc.”

“Muitas dessas pessoas não sabiam que tinham Direitos, que deviam ser ouvidos, que podiam dizer ou fazer coisas que nem pensavam. Eles têm um futuro um pouco mais certo, têm a possibilidade de prever, planejar as suas vidas e estão muito agradecidos por isso.”

Para finalizar, indagamos sobre a questão da relação da ONG com o governo, nos seus diferentes níveis. Os técnicos da FBR coincidem em assinalar que não existe atualmente nenhum vínculo entre eles e os governos municipal ou estadual e com o nível federal esperam “*estabelecer laços através do Ministério das Cidades, na formulação de uma verdadeira Política Habitacional*”. Um dos entrevistados diz:

“O que devemos ter cuidado é na formação de políticas que realmente universalizem os Direitos e não construam políticas ou projetos paliativos para sufocar as iniciativas populares”.

No contexto argentino a percepção que os técnicos têm do cenário político e a relação da ONG com os governos não difere muito. Vejamos algumas opiniões.

Qual relação? O governo provincial tem trabalhado sistematicamente para desarticular qualquer tipo de ação reivindicativa dos setores mais desprotegidos (...) no entanto, a SeHAS conseguiu manter coesas as organizações às quais assessora e foram elas que abriram um espaço para nós nas negociações com o governo. Segundo eles [o governo] “não precisam de nós”, mas algumas organizações disseram “não há diálogo se não estão os técnicos” [ONG]. Não somos nós, mas o governo quem nos coloca na rua da frente: “o terceiro setor (...)”

Outros técnicos ainda ressaltam que “*no discurso o governo contempla as ONGs mas, na prática, de maneira estratégica, não as contempla e opera de acordo com os seus interesses particulares*”.

Neste jogo contraditório de relações, as ONGs continuam a trabalhar pelo estabelecimento de critérios e objetivos comuns com outros atores.

Partindo de uma concepção enriquecida do que é a questão habitacional, o discurso dos técnicos deixa claro a importância da inovação nas propostas e a convicção de que é essencial a participação dos grupos na transformação do seu próprio *habitat*. São questionados os critérios e linhas de ação dos governos no enfrentamento desta questão, mas é ressaltada a responsabilidade dos Estados, especialmente no que se refere ao financiamento das iniciativas populares e fortalecimento dos espaços de diálogo multi-atorais. Muito claramente os profissionais inserem as suas ONGs neste espaço do público não-estatal, assinalando as dificuldades que os governos manifestaram até agora de valorizar este espaço e fortalecê-lo, além do discurso.

Ambos os grupos de profissionais demonstraram sua preocupação em trabalhar uma concepção de cidadania que respeite os valores, a cultura, os modos de ser e viver das populações envolvidas nas experiências. Por isso eles consideram que o *habitat* que estas famílias construíram foi o resultado de processos coletivos que, gerados inicialmente para a satisfação de uma necessidade concreta, resultaram em possibilidade de aprendizados e crescimento.

Com algumas divergências, oportunamente assinaladas, estas equipes técnicas reforçam as três categorias teóricas aqui escolhidas como importantes princípios da sua ação profissional e organizacional.